

DataPrivacyBR



iapp

OFFICIAL  
TRAINING  
PARTNER

Cronograma de Aula

## **Coordenadores e Professores**

Bruno Ricardo Bioni  
Renato Leite Monteiro

### **Bruno Bioni**

Doutorando em Direito Comercial e Mestre com louvor em Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi study visitor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do Conselho da Europa, pesquisador visitante no Centro de Pesquisa de Direito, Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa. É autor do livro *Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do Consentimento*, publicado pela Editora Gen-Forense. Participou das discussões da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Congresso Nacional, convidado como especialista de audiências públicas na Comissão Especial na Câmara dos Deputados e de sessão temática no Senado Federal. É membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade/LAVITS.

### **Renato Leite Monteiro**

Doutorando em Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo - USP. LL.M. em Direito e Tecnologia pela New York University - NYU e pela National University of Singapore - NUS. Mestre em Direito Constitucional pela UFC. Foi study visitor e consultor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do Conselho da Europa. Participou e colaborou ativamente das discussões e redação da Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD); Chair no Brasil da International Association of Privacy Professionals - IAPP, maior associação mundial de profissionais de privacidade, com Certificação CIPP/E e CIPM. Fundador e Professor do Data Privacy Brasil.

## **OBJETIVOS**

Capacitar o aluno a assessorar empresas e entes públicos na supervisão das suas práticas de proteção de dados e segurança da informação, permitir a ampliação de habilidades com o foco em desenvolver modelos de negócio inovadores e atuar na formulação de políticas públicas, tornando-os capazes de lidar com os novos desafios regulatórios e jurídicos de uma sociedade cada vez mais orientada e movida por dados (*data-driven society*), tanto no âmbito do setor privado quanto no setor público

## **VISÃO DE TODO O ECOSISTEMA DE GOVERNANÇA E REGULAÇÃO DE DADOS**

O curso colocará em perspectiva a Lei Geral de Proteção de Dados/LGPD e as normas setoriais brasileiras de proteção de dados em relação à General Data Protection Regulation/GDPR, fornecendo uma visão geral de todo ecossistema de governança e regulação de dados.

## **PÚBLICO ALVO**

O Curso se destina à profissionais do direito e das diferentes áreas ligadas à *compliance* e regulação de novas tecnologias, bem como empreendedor@s, gestor@s e formulador@s de políticas que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade.

## **METODOLOGIA**

Utilização de ferramentas de ensino global e tecnologias de participação ativa d@ alun@, por meio de estudo de casos, *design thinking*, análise comparativa com outras jurisdições e simulação de situações concretas, fornecendo fundamentos teóricos e práticos sobre proteção de dados pessoais e privacidade.

## **ESTUDOS DE CASOS**

Aulas serão divididas em dois momentos: primeiro uma exposição teórica sobre a temática da aula. Depois, a sala será dividida em pequenos grupos que irão trabalhar em casos práticos, com *hands on activities*. Ao final do curso, os alunos terão condições de desenvolver alguns dos principais instrumentos necessários para atuar na área de proteção de dados e segurança da informação.

- 1)** Casos: narrativa de uma situação possível, hipotética ou com base em um caso concreto;
- 2)** Um conjunto de questões que orientarão as atividades d@s alun@s: Essas questões devem orientar @s alun@s a fazer aquilo que o curso quer capacitá-l@s a fazer:

- i. identificar e relatar de modo claro e objetivo um ou mais problemas regulatórios por trás de uma dada situação faticamente complexa;
- ii. indicar os dispositivos legais aplicáveis ao caso;
- iii. indicar *cases* existentes similares, forçando-os a localizar, ler e interpretar;
- iv. indicar posições doutrinárias relevantes sobre um tema, forçando-os a consultar livros, bancos de dados de teses/artigos; e
- v. articular todas as respostas regulatórias possíveis para o problema, para que identifiquem com clareza seus pontos de convergência e divergência, permitindo que formem posições fundamentadas sobre assuntos polêmicos.

## CARGA HORÁRIA

Carga horária de 45hrs/aula, divididas em 09 encontros, todos com apresentação teórica e atividades práticas, de forma que @s alun@s possam se aprofundar e aplicar o ferramental teórico em casos reais e na simulação do relatório de impacto à proteção de dados pessoais e, com isso, extrair um melhor aprendizado

CALENDÁRIO	
<b>Aula 01 (17/06)</b> Bruno Bioni e Renato Leite Monteiro	Arquitetura da privacidade e proteção de dados pessoais: evolução, princípios e desafios atuais até a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
<b>Aula 02 (18/06)</b> Bruno Bioni e Renato Leite Monteiro	Principais conceitos e bases legais: dado pessoal, dado sensível, dado anonimizado, consentimento e legítimo interesse.
<b>Aula 03 (24/06)</b> Bruno Bioni e Renato Leite Monteiro	Marco Civil da Internet (MCI): microsistema online da proteção de dados em perspectiva com LGPD.
<b>Aula 04 (25/06)</b> Bruno Bioni e Renato Leite Monteiro	Demais bases legais: colocando em perspectiva Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei do Cadastro Positivo (LCP), metodologias de modelagem de crédito e LGPD.
<b>Aula 05 (01/07)</b> Bruno Bioni e Renato Leite Monteiro	Proteção de Dados no Setor Público: colocando em perspectiva Lei de Acesso à Informação (LAI), LGPD e Decretos do Poder Executivo.
<b>Aula 06 (02/07)</b> Bruno Bioni e Renato Leite	Segurança da informação e Direitos do titular (ARCO): colocando em perspectiva LGPD, GDPR, Decreto do Marco

Monteiro	Civil da Internet e Resolução do BACEN de Cibersegurança.
<b>Aula 07 (10/07)</b> Bruno Bioni e Renato Leite Monteiro	Implementação e Simulação de Programas Corporativos de Governança de Proteção de Dados: Data Protection Officer (DPO), Data Protection Impact Assessment (DPIA), Privacy by Design e Autoridade Nacional de Proteção de Dados/ANPD.
<b>Aula 08 (11/07)</b> Bruno Bioni e Renato Leite Monteiro	General Data Protection Regulation - GDPR, em perspectiva com a LGPD: ênfase no Regime Responsabilidade Civil das Cadeia dos Agentes de Tratamento de dados e Transferência Internacional.
<b>Aula 09 (16/07)</b> Bruno Bioni e Renato Leite Monteiro	Simulação de Data Protection Impact Assessment (DPIA) e Legitimate Interest Assessment (LIA).

## PROGRAMA

AULA 1	ARQUITETURA DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: EVOLUÇÃO, PRINCÍPIOS E DESAFIOS ATUAIS	17/06/2019
BRUNO BIONI E RENATO LEITE MONTEIRO	<p><b>Ementa:</b> 1. Conceito, evolução e autonomia do direito à privacidade e à proteção de dados pessoais. 2. Princípios Gerais da Proteção de Dados Pessoais: das Fair Information Practice Principles/FIPPs à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais/LGPD. 3. Estudo de casos: proteção de dados como proteção de liberdades individuais, além da privacidade. 3.1 Escândalo Cambridge Analytica. 3.2. Compartilhamento massivo de mensagens e uso de dados pessoais para fins eleitorais. 3.3. Social Credit Score.</p>	
LEITURA PRÉVIA OBRIGATÓRIA	<p>DONEDA, Danilo. <u>Da Privacidade a Proteção de Dados Pessoais – Capítulo 2. Privacidade e Informação</u></p> <p>BIONI, Bruno R. RIBEIRO, Márcio Moretto. <u>A Transposição da Dicotomia entre o Público e o Privado: a dinâmica própria da proteção dos dados pessoais</u></p> <p>ALMEIDA, Virgílio. DONEDA, Danilo. <u>O que é governança de algoritmos</u>. Revista Politics, 2017.</p>	
LEITURA COMPLEMENTAR	<p>SOLOVE, Daniel J. <u>I’ve Got Nothing to Hide and Other Misunderstandings of Privacy</u>.</p> <p>CRAIN, Mathew. <u>The limits of transparency: Data brokers and commodification</u>.</p> <p>LEONARDI, Marcel. <u>Tutela da Privacidade na Internet – Capítulo II. Conceituação do direito à privacidade</u></p> <p><u>Divulgação de dados pessoais e bloqueio de site</u></p> <p>BIONI, Bruno. <u>Privacidade e Proteção de Dados Pessoais em 2019</u></p> <p>Hartzog, Woodrow, <u>The Public Information Fallacy</u></p> <p>VICE. <u>Guia para ensinar seus pais porque preocupar com dados pessoais</u>.</p>	

AULA 2	PRINCIPAIS CONCEITOS E BASES LEGAIS: DADO PESSOAL, DADO SENSÍVEL, DADO ANONIMIZADO, CONSENTIMENTO E LEGÍTIMO INTERESSE	18/06/2019
BRUNO BIONI E RENATO LEITE MONTEIRO	<p><b>Ementa:</b> 1. Conceito de dado pessoal e dado sensível. 2. Dados Anonimizados. 2.1. Processo de Anonimização e <i>Risk Based Approach</i>. 3. Principais bases legais para o tratamento de dados pessoais. 3.1. Noções básicas sobre consentimento. 3.2. Legítimo interesse. 3.2.1. Teste de proporcionalidade e Legitimate Interest Assessment/LIA: colocando em perspectiva LGDP e GDPR. 3.2.2. Estudo de Casos.</p>	
LEITURA PRÉVIA OBRIGATÓRIA	<p>BIONI, Bruno Ricardo. <u>Xeque-Mate: o tripé de proteção de dados pessoais no xadrez das iniciativas legislativas no Brasil</u>. GPoPAI-USP, 2016.</p> <p>BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento. Gen-Forense: Rio de Janeiro, 2019 (capítulo 1 e 5)</p> <p>MONTEIRO, Renato Leite. BIONI, Bruno R. <u>Principais inovações da nova versão do Anteprojeto de Lei Brasileiro sobre a Proteção de Dados Pessoais</u>. Revista Latinoamericana de Protección de Datos Personales. 2016.</p>	
LEITURA COMPLEMENTAR	<p><u>WP 29 Opinion Nº 4/2007 on the concept of personal data=</u></p> <p>BIONI, Bruno Ricardo. <u>Nova Política de Privacidade do Whatsapp: questões a serem debatidas sobre consentimento</u>.</p> <p>BIONI, Bruno Ricardo. <u>De 2010 a 2018: a discussão brasileira sobre uma lei geral de proteção de dados</u>. Portal JOTA, 2018.</p> <p><u>WP 29 Opinion 15/2011 Consent</u></p> <p><u>WP 29 Opinion 03/2013 on purpose limitation</u></p> <p><u>WP 29 Opinion 06/2014 on the "Notion of legitimate interests of the data controller under Article 7 of Directive 95/46/EC</u></p> <p><u>WP 29 Opinion 05/2014 on "Anonymisation Techniques"</u></p> <p>BIONI, Bruno R. MONTEIRO, Renato Leite. <u>O Brasil caminha rumo a uma Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais</u></p>	

	<p><u>[Internet Lab] Semana especial de proteção de dados pessoais</u></p> <p>BIONI, Bruno R. MONTEIRO, Renato Leite. <u>Proposta da lei de Proteção de Dados Pessoais abre portas para intromissão do Estado JOTA</u></p> <p><u>Overview of the General Data Protection Regulation (GDPR) - Information Commissioner's Office</u></p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

AULA 3	MARCO CIVIL DA INTERNET (MCI): MICROSSISTEMA DE PROTEÇÃO DE DADOS ONLINE EM PERSPECTIVA COM LGPD	24/06/2019
<b>BRUNO BIONI</b>	<p><b>Ementa:</b> 1. Marco Civil da Internet/MCI: aplicabilidade e escopo de atuação. 2. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais como pilar do MCI. 3. Dever de Guarda e Retenção dos Dados. 3.1. Marco Civil versus Lei Geral de Telecomunicações. 3.2. Dados Cadastrais, Metadados e Conteúdo das Comunicações. 3.2.1. Portas Lógicas. 3.2.2. Conteúdo da Comunicação: dados em fluxo e dados armazenados. 4. MCI versus LGPD. 4.1. Consentimento expresso versus inequívoco. 4.2. Consentimento e Princípios Gerais de Proteção de Dados. 4.3. Colocando em perspectiva LGPD e GDPR: adjetivações do consentimento e design. 4.3. Modelos de Negócio e Consentimento. 5. Estudo de Casos. 5.1. Consentimento em Mídias Programática: IAB Europa. 5.2. Caso: CNIL vs Vectuary.</p>	
<b>LEITURA PRÉVIA OBRIGATÓRIA</b>	<p>BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento. Gen-Forense: Rio de Janeiro, 2019 (capítulo 4 e 5)</p> <p>DONEDA Danilo. Princípios e proteção de dados pessoais. In Direito &amp; Internet III: Marco Civil de Internet – Tomo I (Newton de Lucca, Adalberto Simão Filho e Cíntia Rosa Pereira de Lima coordenadores). Quartier Latin, 2015. p. 369-384.</p> <p>ANTONIALI, Dennys. ABREU, Jaqueline. <u>Vigilância das comunicações pelo Estado Brasileiro</u>. Internetlab, 2017.</p> <p>ABREU, Jaqueline. <u>Guarda Obrigatória e Registro de Telecomunicações no Brasil</u>. Lavits, 2016.</p> <p>IRIS-UFMG. <u>Portas Lógicas e Registros de Acesso: das Possibilidades</u></p>	



	<u>Técnicas aos Entendimentos dos Tribunais Brasileiros</u> , 2017.
<b>LEITURA COMPLEMENTAR</b>	<p>BIONI, Bruno Ricardo. LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A proteção dos dados pessoais na fase de coleta: apontamentos sobre a adjetivação do consentimento implementada pelo artigo 7, incisos VIII e IX do Marco Civil da Internet a partir da human computer interaction e da privacy by default. In Direito &amp; Internet III: Marco Civil de Internet – Tomo I (Newton de Lucca, Adalberto Simão Filho e Cíntia Rosa Pereira de Lima coordenadores). Quartier Latin, 2015. p. 263-290.</p> <p><u>Privacidade e a guarda de dados: entrevista com Prof. Hans-Jörg Albrecht</u>. InternetLab, 2016.</p> <p>ABREU, Jacqueline. <u>Quebra de sigilo e privacidade: três casos idênticos, três resultados diversos</u>. Gazeta do Povo, 2017.</p> <p>BIONI, Bruno Ricardo. <u>Novas política de privacidade do WhatsApp: chance para uma nova discussão</u>. Telesíntese, 2017.</p> <p>BIONI, Bruno Ricardo. Nova Política de Privacidade do WhatsApp: <u>Questões a serem debatidas sobre consentimento e proteção de dados pessoais</u>. Gen Forense, 2017.</p>

<b>AULA 4</b>	<b>DEMAIS BASES LEGAIS: DA EXECUÇÃO DE CONTRATO À PROTEÇÃO AO CRÉDITO, COLOCANDO EM PERSPECTIVA CDC, LCP E LGDP</b>	<b>25/06/2019</b>
<b>BRUNO BIONI E RENATO LEITE MONTEIRO</b>	<p><b>Ementa:</b> 1. Demais bases legais para o tratamento de dados pessoais: da execução de contrato à proteção do crédito, dados sensíveis, dados de saúde, de crianças e adolescentes e dados públicos. 2. Estudo de caso: 2.1. <i>Credit scoring no STJ e bureaus de crédito no TJRS</i>. 2.2. (I) legalidade de cláusulas de compartilhamento automático de dados no STJ.</p>	
<b>LEITURA PRÉVIA OBRIGATÓRIA</b>	<p>MENDES, Laura Schertel. Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor. Saraiva: São Paulo, 2014.</p> <p>Credit Scoring: Superior Tribunal de Justiça, <u>Recurso Especial n 1419697/RS</u>. Min. Rel. Tarso Sanseverino e <u>REsp 1.304.736 – RS</u>. Min. Rel. Luis Felipe Salomão.</p> <p>Ilegalidade de cláusulas de compartilhamento automático de dados. STJ. <u>REsp Nº 1.348.532- SP</u></p>	

	<p>CADE. <u>Acordo de Controle de Concentração Ato de Concentração 08700.002792/2016</u>. Gestora de Inteligência de Crédito</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Voto Conselheiro Paulo Burnier da Silveira</u></li> <li>• <u>Voto Vogal Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt</u></li> <li>• <u>Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo</u></li> <li>• <u>Parecer Senacom</u></li> </ul> <p>MONTEIRO, Renato Leite. <u>A (i)legalidade de sites que divulgam dados pessoais</u></p> <p>BIONI, Bruno R. MONTEIRO. Renato Leite. <u>Dados públicos são dados pessoais?</u></p>
<p><b>LEITURA COMPLEMENTAR</b></p>	<p>BIONI, Bruno Ricardo. <u>O dever de informar e a teoria do diálogo das fontes para a aplicação da autodeterminação informacional como sistematização para a proteção dos dados pessoais dos consumidores: convergências e divergências a partir da análise da ação coletiva promovida contra o Facebook e o aplicativo 'Lulu'</u>. Revista de Direito do Consumidor, v. 94, p. 283-326, 2014.</p> <p><u>Inside China's Vast New Experiment in Social Ranking</u></p> <p><u>FTC report on Credit Score</u></p> <p>BESSA, Leonardo Roscoe. Cadastro positivo: comentários à Lei 12.414, de 09 de junho de 2011. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.</p>

<p><b>AULA 5</b></p>	<p><b>PROTEÇÃO DE DADOS NO SETOR PÚBLICO: COLOCANDO EM PERSPECTIVA LAI, LGPD E DECRETOS DO PODER EXECUTIVO</b></p>	<p><b>01/07/2019</b></p>
<p><b>BRUNO BIONI E RENATO LEITE MONTEIRO</b></p>	<p><b>Ementa:</b> 1. Dos censos demográficos às cidades inteligentes. 2. Lei de Acesso à informação. 3. Decretos do Executivo Federal (Programas Sociais, Dados Abertos, Unificação das bases de dados do Governo Federal, Plano de Internet das Coisas e Estratégia de Governança Digital). 4. O Regime específico da LGPD para o setor público: das bases legais ao uso compartilhado. 5. Estudo de Casos. 5.1. Programas de Nota Fiscal (e.g., Nota Fiscal Paulista). 5.2. Programas de Desestatização de São Paulo: Sistema de bilhetagem e Wi-Fi Público. 5.3. SERPRO: compartilhamento de dados com o setor privado 5.4. Regulamentação das Operadoras de Transportes Credenciadas/OTCs (transporte privado individual na cidade de</p>	

	São Paulo).
<b>LEITURA PRÉVIA OBRIGATÓRIA</b>	<p>ABREU, Jacqueline. <u>O compartilhamento de dados pessoais no Decreto n. 8.789/16: um Frankenstein de dados brasileiro?</u></p> <p>VARON, Joana et all. <u>Bilhete Único: concentração de dados e dinheiro no transporte público do Rio.</u></p> <p>BIONI, Bruno R. MACADO, Jorge. <u>A proteção de dados pessoais nos programas de Nota Fiscal: um estudo de caso do "Nota Fiscal paulista"</u></p> <p>BIONI, Bruno R. <u>Expansão do Wi-fi "às custas" dos dados pessoais.</u> Portal Jota, 2017</p>
<b>LEITURA COMPLEMENTAR</b>	<p>White House Report. <u>Big Data: a report on algorithmic system, opportunity and civil rights.</u></p> <p><u>New York City Takes on Algorithmic Discrimination.</u></p> <p><u>Brasileiro está desprotegido diante do Estado que vende dados pessoais.</u> Carta Capital, 2016.</p> <p><u>Study: Face Recognition Systems Threaten the Privacy of Millions</u></p> <p>DIAS, Tatiana. <u>Por que programas de nota fiscal podem violar sua privacidade.</u> Jornal Nexo, 2017.</p> <p>LIMA, Juliano Domingos. <u>O que está em jogo na expansão do Wi-Fi público em São Paulo.</u> Jornal Nexo, 2017.</p> <p>PITA, Mariana. <u>São Paulo Digital e Inteligente? Só se for com a proteção de seus Dados.</u> Carta Capital.</p> <p>WP 29 <u>Opinion 02/2016 on the publication of Personal Data for Transparency purposes in the Public Sector</u></p> <p>Opinion No 3/99 on Public sector information and the protection of personal data. Contribution to the consultation initiated by the European Commission in its Green Paper entitled "<u>Public sector information: a key resource for Europe</u>" COM. (1998) 585. (1999).</p>

	<p>_____ . <u>Opinion 06/2013 on open data and public sector information:reuse</u> (2013).</p> <p>_____ . <u>Opinion 7/2003 on the re-use of public sector information and the protection of personal data - Striking the balance</u> (2003).</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>AULA 6</b>	<b>SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E Direitos do titular (ARCO): COLOCANDO EM PERSPECTIVA LGPD, DECRETO DO MARCO CIVIL DA INTERNET E RESOLUÇÃO DO BACEN DE CIBERSEGURANÇA</b>	<b>02/07/2019</b>
<b>BRUNO BIONI E RENATO LEITE MONTEIRO</b>	<p><b>Ementa:</b> 1. Contextualização: vazamentos e sequestros de dados. 2. Princípios: segurança e prevenção. 3. Privacidade vs Segurança ou Segurança vs Privacidade? 3.1. Fundamentos da segurança da informação: conceito e ecossistema. 3.2. Criptografia: muito além da privacidade. 3.3. Marco Civil da Internet: incentivo à criptografia. 3.4. Alternativas 4. Vazamento de dados. 4.1. LGPD: segurança da informação. 4.2. Data Breach Notification. 4.3. Vazamento de Dados: casos polêmicos no Brasil e a atuação do MPDFT. 4. Política de Cibersegurança do Banco Central. 5. Direitos do titular: dos direitos ARCO, revisão de decisões automatizadas, explicação e portabilidade dos dados. 7. Caso prático.</p>	
<b>LEITURA PRÉVIA OBRIGATÓRIA</b>	<p>VII Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais. <u>Decreto Regulamentador do Marco Civil da Internet</u>. CGI.br e NIC.br</p> <p><u>World's Biggest Data Breaches</u></p> <p>ABREU, Jacqueline. <u>Passado, presente e futuro da criptografia forte: desenvolvimento tecnológico e regulação</u>. Revista UniCEUB.</p> <p>MONTEIRO, Renato Leite. <u>Existe um direito à explicação na Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil? Instituto Igarapé. Artigos Estratégicos. Dez 2019.</u> Disponível em: <a href="https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Existe-um-direito-a-e-xplicacao-na-Lei-Geral-de-Protecao-de-Dados-no-Brasil.pdf">https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Existe-um-direito-a-e-xplicacao-na-Lei-Geral-de-Protecao-de-Dados-no-Brasil.pdf</a></p>	
<b>LEITURA COMPLEMENTAR</b>	<p>BIONI, Bruno Ricardo. CHAVES, Luiz Fernando Prado. <u>Um alerta sobre a privacidade na internet: o que a regulamentação do Marco Civil tem a ver com o caso Apple vs FBI?</u>. Carta Capital, 2016.</p> <p><u>Crypto Police Project Stanford</u></p>	

	<p><u>Policy Law and Technology Current Crypto Wars</u></p> <p>BIONI, Bruno Ricardo. CANABARRO, Diego R. <u>Ainda sobre o bloqueio mais recente do WhatsApp no Brasil</u>. Portal Jota, 2016.</p> <p>SOMBRA, Thiago. BIONI, Bruno Ricardo. <u>O bloqueio do LinkedIn na Rússia: não falta mais combinar com os russos</u>. Jota Portal Jurídico, 29 nov. 2016.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>AULA 7</b>	<b>IMPLEMENTAÇÃO E SIMULAÇÃO DE PROGRAMAS CORPORATIVOS DE GOVERNANÇA DE PROTEÇÃO DE DADOS: DATA PROTECTION OFFICER (DPO), DATA PROTECTION IMPACT ASSESSMENT (DPIA), PRIVACY BY DESIGN E AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</b>	<b>10/07/2019</b>
<b>BRUNO BIONI E RENATO LEITE MONTEIRO</b>	<p><b>Ementa:</b> 1. Programa de Governança de Privacidade. 2. Data Protection Officer (DPO): quando é necessário, obrigações e responsabilidades. 3. <i>Data Protection Impact Assessments</i> (DPIA) e auditorias internas e a conformidade com o arcabouço regulatório específico. 3.1. Mapeamento interno dos diferentes tipos de dados. 4. <i>Privacy by Design</i> e <i>Data Protection by Design</i>. 5. Atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados frente à programas corporativos de privacidade. 6. Gerenciamento de Incidentes de Segurança da Informação: o que fazer em incidentes de vazamentos de dados. 7. Exemplos práticos de outras jurisdições: o caso Maersk. 8. Elaboração de um Programa de Governança de Dados no contexto de um Due Diligence Report. 8. Autoridade Nacional de proteção de Dados Pessoais: modelos e formatos “jogo” e ações de enforcement.</p>	
<b>LEITURA PRÉVIA OBRIGATÓRIA</b>	<p>Certified Information Privacy Management (“CIPM”). International Association of Privacy Professionals (“IAPP”).</p> <p>MONTEIRO, Renato Leite. BIONI, Bruno R. <u>Iniciativa privada: regular o uso de dados pessoais é bom para vocês, confiem em mim</u></p> <p>Information Commissioner’s Office - ICO – <u>Guide to Privacy by Design</u></p> <p><u>WP 29 Guidelines on Data Protection Impact Assessment (DPIA) and determining whether processing is “likely to result in a high risk” for the purposes of Regulation 2016/679.</u></p> <p>BIONI, Bruno. <u>Privacidade e Proteção de Dados Pessoais em 2019</u></p>	

	CTS-FGV. <u>Contribuição ao debate público do anteprojeto de lei de proteção de dados pessoais</u> . FGV, 2016.
<b>LEITURA COMPLEMENTAR</b>	<p>Spiekermann, Sarah and Cranor, Lorrie Faith, <u>Engineering Privacy</u> (Jänner/Februar 2009). IEEE Transactions on Software Engineering, Vol. 35, Nr. 1, 2009.</p> <p>Rubinstein, Ira, <u>Regulating Privacy by Design</u>. Berkeley Technology Law Journal, Vol. 26, p. 1409, 2012.</p>

<b>AULA 8</b>	<b>GENERAL DATA PROTECTION REGULATION / GDPR, EM PERSPECTIVA COM A LGPD: ÊNFASE NO REGIME RESPONSABILIDADE CIVIL DAS CADEIA DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS E TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL.</b>	<b>11/07/2019</b>
<b>BRUNO BIONI E RENATO LEITE MONTEIRO</b>	<p><b>Ementa:</b> 1. Colocando em contexto a GDPR. 1.1. Diretiva versus Regulamento. 1.2. Diretiva e Regulamento Europeu: escopo de aplicação distintos. 2. Aplicação Extraterritorial: desbancando o mito da aplicação para cidadãos europeus 3. Data Processor Agreements: data controllers, data processors, suas diferentes obrigações e a questão da responsabilidade civil. 4. Transferência Internacional de Dados: do nível adequado de Proteção, cláusulas contratuais padrão aos Códigos de Boas Condutas. 5. Estudo de casos</p>	
<b>LEITURA PRÉVIA OBRIGATÓRIA</b>	<p>BIONI, Bruno. GOMES, Maria Cecilia. MONTEIRO, Renato Leite. <u>GDPR matchup: Brazil's General Data Protection Law</u>. IAPP, 2018.</p> <p>EPDB. <u>Guidelines 3/2018 on the territorial scope of the GDPR</u>.</p> <p>BIONI, Bruno. GOMES, Maria Cecilia. MONTEIRO, Renato Leite. GDPR matchup: Brazil's General Data Protection Law. IAPP, 2018. EPDB. Guidelines 3/2018 on the territorial scope of the GDPR. &lt;<a href="https://iapp.org/news/a/gdpr-matchup-brazils-general-data-protection-law/">https://iapp.org/news/a/gdpr-matchup-brazils-general-data-protection-law/</a>&gt;</p> <p>MONTEIRO, Renato Leite; MORIBE, Gabriela; PORTO, Odelio. Comparing privacy laws: GDPR v. LGPD. DataGuidance. &lt;<a href="https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2019/05/DataGuidance-GDPR-LGPD-For-Print.pdf">https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2019/05/DataGuidance-GDPR-LGPD-For-Print.pdf</a>&gt;</p>	
<b>LEITURA COMPLEMENTAR</b>	IAPP. <u>Top 10 operational impacts of the GDPR</u> .	

<b>AULA 9</b>	<b>SIMULAÇÃO DE DATA PROTECTION IMPACT ASSESSMENT E LEGITIMATE INTEREST ASSESSMENT/LIA</b>	<b>16/07/2019</b>
<b>BRUNO BIONI E RENATO LEITE MONTEIRO</b>	@s alun@s serão divididos em grupos para desenvolver e apresentar um relatório de impacto de proteção de dados pessoais (Data Protection Impact Assessment) a partir de um caso elaborado pelos professores.	